



Índice

- 01** Belo Monte: avaliação inédita dos impactos sobre os índios revela inadimplência em 80% das ações
- 02** Tupinambá de Olivença, e o governo brasileiro em guerra, até quando?
- 03** Mandira: o quilombo sustentável das ostras
- 04** Informativo da Aty Guasu: Comunidades Guarani e Kaiowá do tekoha Pyelito kue/Mbarakay reivindicam o funcionamento da escola indígena e contratação de professor indígena
- 05** O que é ser indígena?
- 06** Na filmagem da câmera da própria Marinha, o registro perfeito da violência sofrida por Rose Meire, liderança de Rio dos Macacos
- 07** Nota Pública em defesa dos direitos do Povo Tupinambá
- 08** AGU assegura desapropriação de fazenda em Goiás para regularização de território quilombola
- 09** Manifesto deixou 13 mil índios sem atendimento nessa quinta
- 10** Guarani Kaiowá retomam mil hectares de Pyelito Kue no MS
- 11** Urgente - Pyelito Kue sob risco de ataque iminente
- 12** Imagens de ação da Marinha contra quilombolas são divulgadas



- 13** MEC projeta criação de rede universitária indígena
- 14** Deputados externam preocupação com desintrusão de área indígena
- 15** Ibama forma brigadistas indígenas em Roraima
- 16** Relato do soldado que localizou os corpos dos três homens sem etnia assassinados por índios Tenharim, no sul do Amazonas
- 17** Guerra Civil na Bahia: Tropas do Exército desembarcam em Ilheus após assassinato de agricultor
- 18** Deputado do PT da Bahia pede providências do Governo sobre a guerra civil no sul do estado
- 19** Ibama doa lenha para quilombolas de Macaíba
- 20** Indígenas protestam e ameaçam fechar MS-156
- 21** Projeto de lei prevê a legalização da mineração em terras indígenas
- 22** Ex-secretário repudia ação de falsos índios no sul da Bahia
- 23** Índios ocupam fazenda para ter acesso à escola e PF investiga tiroteio
- 24** Deputado Valmir Assunção critica a Marinha e rebate deputado sobre quilombolas, índios e população LGBT
- 25** Equipes da Funai realizam monitoramento na Terra Indígena Marãiwatsédé
- 26** Índios ocupam fazenda em Iguatemi
- 27** Apoio do assentamento Terra Vista ao povo Tupinambá de Olivença - MST
- 28** MS – Audiência Violação de Direitos Indígenas (1946 – 1988), 21/02



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

-
- 29** Depoimento do Cacique Domiceno Tenharim sobre a pressão da Polícia Federal
 - 30** MPF/AM processa administrador de página de notícias por discriminação contra índios Tenharim
 - 31** Um adeus no Apyka'i
 - 32** Indígenas são contrários à mineração
 - 33** Por que a Funai tem medo do diálogo?



Belo Monte: avaliação inédita dos impactos sobre os índios revela inadimplência em 80% das ações

SÍTIO ISA, 14.02.2014

Nota técnica do Instituto Socioambiental alerta que a usina hidrelétrica de Belo Monte poderá começar a operar mesmo descumprindo a maioria das obrigações socioambientais com os índios

O banner no site da Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, anuncia com destaque que 45% da usina foi concluída. Ao redor da construção, os nove povos indígenas atingidos já se deparam com os problemas de uma obra que segue campeã em inadimplência socioambiental.

Desde o leilão da usina, em 2010, até agora apenas 15% dos compromissos de proteção territorial dos povos indígenas foram atendidos. É o que revela a nota técnica do ISA, resultado de mais de um ano de análise e investigação sobre o cumprimento das medidas de prevenção, mitigação e compensação de impactos relativos aos direitos territoriais nas 12 Terras Indígenas afetadas pela obra. (Leia a nota aqui).

O quadro de inadimplência apresentado é preocupante, se concentrando principalmente no não cumprimento de condicionantes por parte do poder público: este é o responsável pelo descumprimento de nove das 15 condicionantes que atualmente estão com pendências e/ou atrasos.

Para realizar a nota técnica, o ISA utilizou o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), criado após a lei de acesso a informação. Durante mais de um ano, organizou pedidos a todos os órgãos corresponsáveis pela execução e monitoramento das condicionantes das licenças ambientais da obra. Utilizando os mesmos critérios do órgão licenciador, técnicos do ISA avaliaram as condicionantes indígenas relacionadas à proteção às terras e aos povos indígenas do Xingu.

Funai não se manifesta desde maio de 2013

A Funai não se manifesta publicamente sobre o monitoramento das condicionantes desde maio de 2013. O Ibama, principal órgão do governo federal responsável pela fiscalização da obra, aponta as condicionantes indígenas como de avaliação "não pertinente" nos pareceres técnicos que publica semestralmente. Diante deste cenário de dívidas com os povos indígenas, a ausência de informação pública sobre irregularidades na licença é uma constante desde o leilão da usina. Apesar disso, a Norte Energia pretende solicitar ao Ibama a liberação da licença para operar a usina ainda no primeiro semestre deste ano.

Sem infraestrutura local, equipe e recursos, o governo federal não consegue executar e manter
CONT.



ações de proteção e de fiscalização nas Terras Indígenas afetadas por Belo Monte. Este quadro nos remete a outra questão: a obrigação de estruturar a Funai em Altamira nunca saiu do papel. A Norte Energia não iniciou sequer a construção da nova sede do órgão indigenista na cidade, e a quantidade de pessoas no corpo técnico é praticamente a mesma em relação a 2009, ano anterior à primeira licença da usina.

As consequências do acúmulo de três anos de inadimplência socioambiental estão evidenciadas no aumento dos índices de desmatamento ilegal dentro das Terras Indígenas. O desmatamento entre 2012 e 2013 aumentou, após anos de queda. "O caso mais crítico, o da TI Cachoeira Seca, é explicado pelo aumento na demanda por recursos naturais (madeira e pastos para pecuária) associados ao crescimento desordenado da cidade de Altamira", explica Juan Doblas, analista de geoprocessamento do ISA.

Para prevenir novas invasões, regularizar terras já demarcadas e garantir um grande corredor de proteção social e ambiental na região, governo federal e Norte Energia se comprometeram a executar ações divididas em 19 condicionantes, sendo 12 de responsabilidade exclusiva do poder público. A nota técnica aponta que das 19, apenas três foram plenamente atendidas.

"As Terras Indígenas e Unidades de Conservação são grandes bolsões de floresta, ricos em biodiversidade, que sofrem imensa pressão com a chegada de grandes empreendimentos como Belo Monte. As medidas de proteção destes territórios devem ser de natureza preventiva, antes do início dos impactos previstos. Deixar as medidas de proteção e fiscalização territorial só para depois de consolidado o dano implica o risco de que elas percam sentido e efetividade", explica Biviany Rojas, advogada do ISA.

ISA



Tupinambá de Olivença, e o governo brasileiro em guerra, até quando?

SÍTIO ÍNDIOS ON LINE, 13.02.2014

Não sei por onde começar, a sensação que estou sentindo neste exato momento é pior que o de incapacidade, ou melhor, não consigo encontrar nenhum adjetivo que venha exprimir ou qualificar o que estou experimentando nestes últimos 06 meses, enfim, o que todos nós Tupinambás, Pataxós, Pataxó Hã Hã Hãe, Tenharim, Guarani-Kaiowá, Tumbalalá e todas às Nações Originárias deste território hoje, chamado de Brasil, vivenciamos. Um governo (entendemos como governo: O Poder Executivo, Legislativo e Judiciário) omissos e impotentes diante do caos instalado por sua mera culpa, quando por interesses políticos descumpre suas próprias Leis, e que mediante às situações conflituosas somente usa o poder de polícia, nas entrelinhas o abuso de poder – O Exército, Força Nacional, Polícia Federal e Polícia Militar, de encontro aos mais fracos e oprimidos, assim foi em 1500, quando os invasores pisaram pela primeira vez em nosso território sagrado invadindo-o e continua ao longo desses 513 anos, e que nos últimos anos acirrou-se consideravelmente, a ponto de ferir a CF/1988, quando por medidas tentam tornar sem efeito os artigos que garantem nossos direitos, em nome das alianças partidárias, que não passa de um jogo sujo articulado por seres humanos asquerosos.

Há muito temos dito, que ainda vivemos em Estado de Guerra, que nós indígenas somos prisioneiros e vivemos em Campus de Concentração, e grande parte da sociedade brasileira em letargia, acabam colaborando com aqueles que agem contra nós os grandes latifúndios: Agonegócios, Mineradoras, Setor Imobiliário, Empreendimento Turístico, Multinacionais fabricantes de Agrotóxicos, Bancada Ruralista, Fazendeiros travestidos de Pequenos Agricultores e parte do Povo Brasileiro Ignorante, que só tem servido de massa de manobra dos gananciosos, ambiciosos e prepotentes, metidos a espertos. O Ser Humano que age dessa forma, não deveria morrer nunca, teria que ser autosuficiente para burlar a própria morte.

Queremos dizer a Sociedade Brasileira, que nós Tupinambás de Olivença, não estamos usurpando, a nossa história é verdadeira, só queremos o que é nosso por direito e não estamos nos fazendo de coitadinhos e nem precisamos usar de motivos torpes, não me surpreenderá se algum dia a polícia descobrir que a onda de violência instalada em nosso território, chegando a morte do Agricultor, não seja, uma jogada maquiavélica muito bem arquitetada. O Estado Brasileiro, tem um histórico pseudo, não confiável, sempre pautado nas medidas pífidas, muitos dos nossos foram vitimados, e não indígenas também, todos sabem disso quando desejam por fim em alguém, seja ceifando a vida, ou desmoralizando-o para que sua voz nunca mais seja ouvida e os objetivos sejam alcançados principalmente, o Direito de propriedade que se impõe sobre as coisas e sobre os outros.

Até quando seremos hostilizados, desqualificados e descaracterizados por parte do Povo Brasileiro em prol do jogo de interesses daqueles que só tem promovido a destruição de Vidas deste Planeta?

Porque o Povo se deixa ser massa de manobra para beneficiar aqueles que nunca estiveram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

preocupados com o bem comum de todos, que só tem servido para fomentar a miséria e a fome que assola todos os Continentes? Agora deixaram de fazer gratuitamente, se vendem como se vendeu o jovem, que acabou ceifando a vida de um profissional da Imprensa, lamentável...tudo por dinheiro.

DEMARCAÇÃO JÁ! Devolvam o que é nosso, precisamos viver..., ao invés de enviar tropas do Exército, e todo esse aparato de Força que se encontra em nosso território, Excelentíssima Presidenta e Ministro da Justiça, assinem e indenizem a quem de direito nos devolvendo a Terra dos nossos antepassados!

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net



Mandira: o quilombo sustentável das ostras

SÍTIO EFE, 13.02.2014

Mais de um século depois do fim da escravidão no Brasil, os quilombos enfrentam o presente através da implantação de negócios sustentáveis, como o cultivo de ostras, enquanto continuam evocando o passado com tradições.

Situado a 250 quilômetros do interior de São Paulo e protegido pela Mata Atlântica, está o quilombo Mandira, um santuário de liberdade no qual há 146 anos vivem nove gerações afrodescendentes da mesma família.

Dedicado tradicionalmente ao cultivo de arroz, palmito e madeira, a comunidade, fundada no século XIX pelo filho bastardo de um fazendeiro e sua escrava, se viu obrigada décadas atrás a buscar novas fontes de sobrevivência devido à perda progressiva de suas terras.

Fonte inesgotável de recursos, os moradores de Mandira se dedicam há três décadas ao cultivo de ostras como forma de sustento da comunidade: um árduo e minucioso trabalho que aliam ao turismo ecológico e aos trabalhos de costura.

No meio da floresta, o trabalho se centra na captura e cultivo de ostras nos mangues localizados entre a foz do Rio Ribeira de Iguapé e o oceano Atlântico, cuja maré, a 10 quilômetros de distância, marca o dia dos coletores.

Quando o nível do mangue baixa, os moradores de Mandira saem com seus barcos, a maioria sem remo, para coletar as ostras; as mulheres costuram em uma pequena sala e outras preparam a comida, na maioria de dias baseada em arroz, feijão e peixe.

As atuais temperaturas da região, próximas dos 35 graus, combinadas à umidade quase total que emana do mangue, põe aos coletores de ostras frente a dias de trabalho de alta exigência física.

Depois de recolhidas, as ostras são enviadas à Cooperativa Cooperostra, formada por 20 associados membros da comunidade, encarregados de limpar e distribuir pessoalmente o marisco aos bares e restaurantes das principais cidades do estado.

"A ostra é nossa principal fonte de renda, embora também estejamos centrados no turismo sustentável. Pegamos as ostras, deixamos nos viveiros para engordar e depois comercializamos", explicou à Agência Efe Chico Mandira, sobrinho do líder da comunidade, Federico Mandira, impulsor da atividade na região.

Os quilombolas conseguem um lucro entre R\$ 3 e R\$ 5 pela venda de 12 ostras, enquanto seu preço para venda ao cliente nos restaurantes varia entre R\$ 30 e R\$ 150.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Além do cultivo das ostras, os Mandira também trabalham pela preservação da memória histórica dos antepassados e por manter viva a contribuição da população negra.

"Nos meus documentos, sou classificado como mulato, mas me considero negro, e é isso que eu passo para a minha família", disse Chico, pai de sete filhos, cinco dos quais vivem na aldeia e se dedicam ao cultivo de ostras.

O estado de São Paulo conta com 28 quilombos reconhecidos, nos quais vivem cerca de 1.300 famílias.

"Os Mandira podem se casar com brancos, índios ou japoneses. Mas a verdade é que se alguém quer viver aqui tem que se casar com alguma pessoa da comunidade", explicou Chico.

Informativo da Aty Guasu: Comunidades Guarani e Kaiowá do tekoha Pyelito kue/Mbarakay reivindicam o funcionamento da escola indígena e contratação de professor indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014



Já faz um ano que as comunidades Guarani e Kaiowa do tekoha Pyelito kue/Mbarakay, baseado em direitos indígenas e humano, reivindicam o funcionamento da escola indígena e contratação de professor indígena para atender 50 crianças indígenas, mas o prefeito de Iguatemi-MS, não atendeu a demanda indígena até hoje. Diante disso, ontem 12/02/2014, as comunidades se manifestaram na estrada pública pedindo a escola indígena no acampamento Pyelito kue. Em resposta os fazendeiros da região mandaram atacar e lançar os tiros sobre os indígenas manifestantes em Pyelito kue.

Os indígenas continuam em manifestação pela escola e os fazendeiros estão se organizando para atacar e agredir os Guarani Kaiowa manifestantes, em vez de atender um direito básico dos indígenas, mandaram atacar os indígenas. Os funcionários públicos federais da FUNAI em Iguatemi sofrem ameaça de morte também. Frente ao fato pedimos a presença de autoridades federais no tekoha Pyelito Kue e na região de Iguatemi-MS.

Aty Guasu luta contra a injustiça.

O que é ser indígena?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014



Socializado por L Tenetehára Guajajara.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Na filmagem da câmara da própria Marinha, o registro perfeito da violência sofrida por Rose Meire, liderança de Rio dos Macacos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014

<http://racismoambiental.net.br/2014/02/na-filmagem-da-camera-da-propria-marinha-o-registro-perfeito-da-violencia-sofrida-por-rose-meire-lideranca-de-rio-dos-macacos/>

Imagens da câmara da Marinha que estão sendo usadas no inquérito aberto pelo Ministério Público Federal para investigar as agressões a Rose Meire e seu irmão Edinei dos Santos, ambos lideranças do Quilombo Rio dos Macacos, no dia 6 de janeiro de 2014. Estavam presentes, também, duas filhas de Rose Meire, de 17 e de seis anos. A violência iria continuar depois, na camionete na traseira da qual a família é transportada, presa.

Uma pergunta que merecia ser respondida, dentre muitas outras, mais óbvias, é quem estaria no carro branco, que fica assistindo passivamente aos sete minutos de agressões?

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

Nota Pública em defesa dos direitos do Povo Tupinambá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2014



Cartaz ruralista, defendendo a violência contra os Tupinambá

Os docentes do Departamento de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia vêm a público manifestar sua profunda preocupação com a situação em que se encontram os Tupinambá, povo indígena da Bahia, devido à protelação, desde março de 2012, por parte do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardoso, de emissão da portaria declaratória ao seu direito definitivo e incontornável aos territórios tradicionais.

Declaramos nossa total solidariedade aos Tupinambá e apoiamos, integralmente, a carta ora divulgada pelos antropólogos e pesquisadores que têm desenvolvido pesquisas entre aquele povo, na qual defendem a pronta demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença; protestam contra as reintegrações de posse em curso; e denunciam as graves violações aos direitos humanos que estão sendo praticadas, mais uma vez, contra esse povo indígena.

Salvador, Bahia, 12 de fevereiro de 2014

Abaixo Assinados:

Carlos Caroso. Professor Associado
Carlos Etchevarne. Professor Associado
Cecilia McCallum. Professora Adjunta
Cecilia Sardenberg. Professora Associada
Cíntia Beatriz Müller. Professora Adjunta

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Diego Ferreira Marques. Professor Adjunto
Fátima Tavares. Professora Associada
Jocélio Teles dos Santos. Professor Associado
Lívio Sansone. Professor Associado
Luis Nicolau Parés. Professor Associado
Marco Tromboni. Professor Adjunto
Maria Rosário de Carvalho. Professora Associada
Marina Guimarães Vieira. Professora Adjunta
Núbia Rodrigues. Professora Adjunta
Roca Alencar. Professora Adjunta
Uрпи Montoya. Professora Adjunta



AGU assegura desapropriação de fazenda em Goiás para regularização de território quilombola

SÍTIO AGU, 13.02.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a posse de uma área de 4.048 hectares no município de Monte Alegre de Goiás/GO em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A fazenda denominada Pastim será, agora, destinada a regularização do território das comunidades dos remanescentes de quilombos Kalunga que ocupam as terras.

A Ação de Desapropriação foi ajuizada pela Procuradoria Federal no estado de Goiás (PF/GO) e pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto (PFE/Incra) com base no Decreto Presidencial de 20 de novembro de 2009 que declarou as terras de interesse social.

Os procuradores federais informaram que a União já depositou R\$ 1.583.801,02 em juízo para garantir o pagamento pela indenização da área. As unidades da AGU sustentaram que a autarquia seguiu todos os trâmites legais e, dessa forma, não haveria qualquer impedimento para que a posse do imóvel fosse emitida em favor do Incra. "A desapropriação da fazenda objetiva a imediata implementação das ações administrativas voltadas ao desenvolvimento social, cultural e econômico da Comunidade dos Remanescentes de Quilombos Kalunga", sustentaram as procuradorias.

A AGU explicou que o artigo 215 da Constituição Federal estabelece que o Estado deve proteger as manifestações da cultura afro-brasileiras, bem como o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de materiais históricos dos antigos quilombos.

Segundo as procuradorias, as terras ocupadas historicamente por comunidades quilombolas são declaradas de propriedade das famílias remanescentes. Além disso, a Advocacia-Geral explicou que "a Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho, adotada pelo Brasil, determina que os Estados signatários devem adotar medidas para garantir os direitos de propriedade e posse sobre as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente".

A Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa/GO acolheu a solicitação da Advocacia-Geral e determinou que os proprietários retirassem bens e benfeitorias não avaliados para efeitos de indenização.

Na avaliação o Chefe da Procuradoria Federal do Estado de Goiás (PF/GO), Bruno César da Luz Ponte, a decisão da Justiça reforça a atuação do órgão em favor das comunidades quilombolas. "Mais uma vez, a Advocacia-Geral da União protege, a um só tempo, a cultura, o ordenamento jurídico nacional, a minoria e o esforço administrativo do Incra de cumprir o intento constitucional", ressaltou o procurador.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Ref.: Processo nº 1070-88.2013.4.01.3506 - Justiça Federal de Goiás

A PF/GO e a PFE/Incra são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Maurizan Cruz



Manifesto deixou 13 mil índios sem atendimento nessa quinta

SÍTIO A GAZETA NEWS, 13.02.2014

Protesto foi por conta do "sucateamento" do pólo da SESAI em Amambai

Vilson Nascimento

Uma paralisação de profissionais da área deixou cerca de 13 mil índios guarani-kaiowá sem atendimento à saúde nessa quinta-feira, 13 de fevereiro, na região de Amambai.

A paralisação, segundo profissionais de saúde que atuam nas comunidades indígenas assistidas pelo pólo regional da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena), com sede em Amambai, se deu em forma de protesto pelo "sucateamento" do órgão no município e em todo o Mato Grosso do Sul.

De acordo com o presidente do Conselho de Saúde Indígena da Aldeia Amambai, Estanelau Lopes, além da falta de medicamentos, os profissionais de saúde trabalham com equipamentos obsoletos e são obrigados a usarem viaturas e transportar pacientes em ambulâncias caindo aos pedaços, entre outros problemas de ordem administrativa.

Segundo informações passadas pelo presidente a reportagem do Grupo A Gazeta de Comunicações, o objetivo da paralisação foi chamar a atenção do Ministério da Saúde e do Governo Federal para a situação caótica que a SESAI se encontra.

Além das três aldeias do município, a Aldeia Amambai, a Limão Verde e a Jaguary, o pólo da Secretaria Especial de Saúde Indígena de Amambai também é responsável em prestar assistência às aldeias Taquapery, em Coronel Sapucaia e Guassuty, em Aral Moreira. Juntas as cinco aldeias aglomeram uma população de aproximadamente 13 mil índios.

Veja entrevista com o presidente do CSI no:

http://www.youtube.com/watch?v=FVNvsDc-2sg&feature=player_embedded

Só na Aldeia Amambai, uma das mais populosas da região, com cerca de 9 mil índios guarani-kaiowá, a SESAI mantém atuando dezenove agentes de saúde, oito técnicos responsáveis pelo setor de saneamento e três equipes de atenção a saúde, cada uma composta por um médico, um enfermeiro, um técnico em enfermagem e um motorista.

Todos esses profissionais aderiram à paralisação nessa quinta-feira, segundo o presidente do Conselho de Saúde Indígena.

Fonte: A Gazeta News

Guarani Kaiowá retomam mil hectares de Pyelito Kue no MS

SÍTIO CIMI, 13.02.2014



Cerca de 250 Guarani Kaiowá retomaram nesta quarta, 12, a área da fazenda Cambará, incidente sobre o tekoha Pyelito Kue/Mbarakay, em Iguatemi (MS), fronteira com o Paraguai. O grupo vivia, desde agosto do ano passado, em um hectare às margens de estrada vicinal. Homens não identificados atiraram contra a comunidade, de acordo com as lideranças indígenas. Por enquanto, não há confirmações sobre feridos. Segundo as lideranças indígenas, a fazenda tem cerca de 1200 hectares.

Sem comida, água, convivendo com a poeira e debaixo de lonas, os indígenas decidiram retornar ao local de onde os mais velhos foram expulsos. O grupo divulgou uma carta, no final de 2012, afirmando a decisão de resistir em suas terras até as últimas consequências, o que despertou a atenção da opinião pública nacional e internacional. Na ocasião eles viviam na beira do rio Hovy.

No início da tarde, conforme relato dos Guarani Kaiowá, fazendeiros se aglomeraram a poucos metros da retomada, antes da linha formada pelos indígenas na vicinal. O clima é de tensão e os indígenas estão vigilantes diante das ameaças de ataque. A Funai se dirigiu ao local no início desta noite.

O tekoha Pyelito Kue/Mbarakay é parte de área identificada com 41.571 hectares de extensão pelo Grupo de Trabalho (GT) da Bacia Iguatemipecuá, localizada nas proximidades da Terra Indígena Sassoró. A fazenda Cambará é apenas uma das várias propriedades incidentes sobre a área identificada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

As lideranças pedem às autoridades garantias para ficar no tekoha, posto que foram expulsos por pistoleiros antes do relatório de identificação ter sido publicado pelo Ministério da Justiça.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Urgente - Pyelito Kue sob risco de ataque iminente

SÍTIO CIMI, 13.02.2014

Mensagem urgente por Tonico Benites Ava Guarani Kaiowá, porta voz da Aty Guasu.

"O funcionário da FUNAI Sr. Paulo de CTL-FUNAI Iguatemi-MS comunicou que hoje (13/02) fazendeiros estão se organizando para atacar os indígenas manifestantes do acampamento Pyelito kue/Mbarakai-município de Iguatemi-MS. Além disso, os fazendeiros começaram a ameaçar os funcionários da FUNAI de Iguatemi-MS, e estão várias camionetas das fazendas cercando e isolando a entrada do Pyelito kue não deixando a entrar os funcionários da FUNAI. Em qualquer momento podem atacar e massacrar a comunidade Guarani Kaiowa do Pyelito kue em manifestação. Diante disso, o Sr. Paulo falou me que vai fechar o escritório da FUNAI em Iguatemi por falta de segurança. Tres funcionários estão tentando ir ao acampamento Pyelito kue, mas os fazendeiros estão todos armados pela estrada. Há risco iminente de acontecer ataque à comunidade. Por isso precisamos com urgência a presença e intervenção da Polícia Federal e Força Nacional na região de Iguatemi-MS, sobretudo para proteger os funcionários da FUNAI e da comunidade do tekoha Pyelito kue".



Imagens de ação da Marinha contra quilombolas são divulgadas

SÍTIO JORNAL A TARDE, 13.02.2014

As imagens usadas no inquérito para investigar abuso da Marinha contra os irmãos Rosemeire e Edinei dos Santos no último dia 6 de janeiro, na Base Naval de Aratu, foram divulgadas pela Tv Folha nesta quarta-feira, 12. Na ocasião, os quilombolas foram presos e acusaram os militares de os terem espancado. Eles só foram libertados durante a noite.

No vídeo, os irmãos chegam à guarita da Marinha em um carro e são recebidos pelos militares agressivamente. O celular de Rosimeire é arremessado para longe por um dos oficiais, em seguida, ela sai do carro para separar o irmão e o militar, que estavam discutindo e é jogada no chão.

Mais dois militares seguiram em direção a Rosimeire para segurar as mãos da mulher, que logo depois foi empurrada para o carro dos oficiais junto com o irmão. O carro foi arrastado por eles.

O episódio aconteceu após duas horas de uma discussão com os militares ainda no quilombo, o que teria motivado a ação, conforme a Tv Folha. De acordo com a Marinha do Brasil, Rosimeire teria tentado tomar o revólver de um dos oficiais.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

MEC projeta criação de rede universitária indígena

SÍTIO PÁGINA 20, 13.02.2014

O Ministério da Educação (MEC) pretende criar, até 2015, uma rede universitária que contemple os conhecimentos produzidos pelos índios brasileiros. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) como foi intitulada, oferecerá cursos de graduação e pós criados dentro da rede – e não pertencerão a uma só instituição. Dessa forma, atenderá mais interessados em todo o país. A ação é igual ao projeto de educação à distância das universidades federais.

No ano passado, o MEC lançou o Programa Nacional de Territórios Etnoeducacionais Indígenas para aperfeiçoar as políticas de educação para esses povos. Representantes das diferentes etnias, das instituições que já possuem cursos voltados para esse público e pesquisadores vão participar das reuniões do grupo (a partir da primeira quinzena de março) criado para desenhar o modelo dessa rede universitária.

Os universitários vão aprender a gerenciar os territórios (seus problemas e suas vantagens) indígenas de acordo com as especificidades locais. Os cursos, no entanto, não serão exclusivos para alunos indígenas. O objetivo é promover intercâmbio cultural.

Pouco mais de 10 mil indígenas estão matriculados no ensino superior (que possui cerca de 7 milhões de estudantes). Na educação básica, há 258.882 matrículas de alunos de várias etnias que sonham ingressar em uma universidade. Atualmente existem 20 instituições públicas que oferecem cursos de licenciatura interculturais aos índios. São graduações que formam professores, considerando as especificidades do ensino e da vida nas aldeias.

Dell Pinheiro – dell.81@hotmail.com



Deputados externam preocupação com desintrusão de área indígena

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/MA, 13.02.2014

Os deputados César Pires (DEM) e Neto Evangelista (PSDB), em pronunciamento da tribuna da Assembleia na sessão desta quinta-feira (13), externaram preocupação quanto ao problema da demarcação de áreas indígenas no Maranhão e, particularmente, quanto à operação de desintrusão da área indígena Awa-Guajá, ora em curso no município de São João do Caru. "Pedimos a intervenção desta Casa e da governadora do Estado para que peçam ao ministro da Justiça suspender a desintrusão nas terras do Maranhão", disse Neto Evangelista.

César Pires revelou ter sido procurado pela Frente Parlamentar de Agricultura e Pecuária do Congresso Nacional para que viabilizasse uma visita ao Maranhão, o que ficou agendado para o próximo dia 21 e, na oportunidade, se debater sobre a PEC 215. "Essa proposta de Emenda Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional, propõe transferir da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Congresso Nacional a competência para decidir sobre demarcação de áreas indígenas no Brasil", explicou.

Segundo César Pires, hoje as demarcações das terras indígenas são feitas pela Funai, por "antropólogos viciados que enxergam o que nunca se viu" e, a partir de uma decisão monocrática daquele profissional, a terra é demarcada. Ele disse que, hoje, São João do Caru vive esse grave problema e que o próximo município pode ser Fernando Falcão.

"A Funai, agora, depois de ingressar na Justiça Federal e obter decisão favorável, irá tirar, num prazo de 45 dias, 2 mil pessoas nos municípios de São João do Caru, Zé Doca, Centro Novo e Zé Doca, e deixar apenas 33 índios em 116 mil hectares de terras. Nessa área têm 130 mil bovinos, 49 mil hectares de terras cultivadas e 943 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Até agora, o Governo Federal não criou alternativas para assentar 2 mil famílias existentes ali dentro", denunciou César Pires.

Pedido de Intervenção

O deputado Neto Evangelista corroborou com as preocupações do deputado César Pires e disse que apesar de compor o Comitê constituído para tratar do problema da demarcação de áreas indígenas no Maranhão, por indicação da Assembleia, nunca foi chamado para nenhuma reunião. "Se o governo do Maranhão não quiser que o Estado do Maranhão seja notícia nacional por derramamento de sangue, que intervenha imediatamente junto ao ministro da Justiça para fazer parar a desintrusão em andamento nas terras do Maranhão", alertou.

Segundo Neto Evangelista, todas as famílias que devem sair da área indígena Awa-Guajá aceitam sair, desde que tenham outras terras com a mesma infraestrutura das terras que estão sendo obrigados a desocupar. "Mas, até hoje, o INCRA não concedeu terras para essas famílias, que receberam sementes do Governo Federal para plantar. Em que terras? Se nas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

terras dos 33 índios eles não podem mais plantar?”, cobrou.

“Senhor presidente Arnaldo Melo, peço sua intervenção no sentido de que não permitamos que nossos conterrâneos sejam vítimas do que está acontecendo agora nessa desintrusão no Estado do Maranhão. Junto ao Governo do Estado, vamos pedir ao Ministério da Justiça para mandar parar a desintrusão como foi feito no Paraná, a pedido da então ministra Gleisi Hoffmann”, apelou.



Ibama forma brigadistas indígenas em Roraima

SÍTIO JORNAL BRASIL, 13.02.2014

Boa Vista - O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama (Prevfogo) com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), ministrou curso de prevenção e combate aos incêndios florestais para 38 brigadistas na Comunidade Indígena Maturuca, na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima.

Participaram do curso indígenas das comunidades do Maturuca, Popó, Socó, Willimon, Waronkayen, São Francisco, Morro, Pedra Branca, Lage e Lilás. Atuaram como instrutores o Coordenador do PREVFogo do Ibama em Goiás, Augusto Avelino de Araújo Lima e o Instrutor Giusepe Gabriel Santomo, com foco no aprimoramento de técnicas de queima controlada e de combate aos incêndios florestais.

O treinamento, ocorrido no período de 6 a 8 de fevereiro, foi demandado pelo Ciman, Centro Integrado Multiagências, que faz parte da Operação Roraima Verde 2013/2014. Na solenidade de encerramento e entrega dos certificados, participaram o Superintendente do Ibama em Roraima Diego Milléo Bueno, o Coordenador do Ciman 2014, Analista Ambiental Celso Luiz Ambrósio, o Coordenador do Prevfogo/RR, Analista Ambiental Joaquim Parimé e a Analista Ambiental Ana Canut do Núcleo de Operações e Combate do Prevfogo, a servidora da Funai/RR Inayê Perez e o Genisvan André do Conselho Indígena de Roraima.



Relato do soldado que localizou os corpos dos três homens sem etnia assassinados por índios Tenharim, no sul do Amazonas
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.02.2014

Começamos a busca orientados pelo auxílio de um índio Tenharim que ouviu dizer que os corpos foram enterrados perto de um acuzeiro (árvore típica da região).

Havia três acuzeiros perto do local indicado pelo índio, então começamos pelo primeiro acuzeiro e nada, fomos para o segundo e nada, chegando ao terceiro ainda não encontramos nada, tudo evidencia errada, quando chegou umas 5 horas da tarde, o delegado falou que iria suspender as buscas devido à chuva e também por já estar anoitecendo.

Nesse meio tempo, o Ten. da PM (Cinófilo) avisou ao delegado que havia algo estranho na mata, que o terreno estava baixo. Chegando neste local, o índio Tenharim avisou que haveria a possibilidade dos corpos terem sido enterrados próximo a uma castanheira, em um raio de 100 metros.

Então todos os envolvidos nas buscas afastaram-se 10 metros um dos outros e começaram o pente fino na área na selva fechada.

Andei um pouco e avistei um buraco no chão, cravei a minha pá e o terreno estava duro. Então andei mais 10 passos e avistei uma folha de palmeira partida, percebi que isso na selva não era normal e desconfiei.

Tirei essa folha quebrada e cravei a pá neste local, e a pá entrou com facilidade na terra, cavei mais uma vez e novamente a terra estava mole. Então quando já tinha cavado uns 30 cm vi uma folha nova enterrada, sem nenhum vestígio de decomposição. Achei o fato muito estranho porque aprendi no BIS que a selva decompõe tudo com muita facilidade, cavei mais um pouco e mais folhas novas estavam aparecendo de dentro da terra.

Foi quando chamei o tenente da PM e depois os agentes da PF e avisei que havia algo errado. Ai quando eu cavei mais um pouco veio aquele cheiro de decomposição e confirmei que era ali mesmo que estavam os corpos, já que eu havia trabalho por três anos de coveiro, e falei xeque-mate.

O cachorro confirmou também através do rabo que havia algo estranho ali. Então cavamos e vimos que ali se formou uma cova certinha, até chegar aos corpos. Paramos de cavar quando chegamos a mais ou menos 1,5 metro e após isso a perícia assumiu e fez seu trabalho técnico.

Fonte: Seccom 54 BIS - Soldado Gonzaga

Guerra Civil na Bahia: Tropas do Exército desembarcam em Ilheus após assassinato de agricultor

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.02.2014



Cerca de 700 homens da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro, órgão que abrange os estados da Bahia e Sergipe, desembarcaram hoje em Ilhéus, no sul da Bahia. Segundo o comandante da 6ª Região Militar, General Racine Bezerra Lima Filho, a tropa poderá ser empregada nos conflitos que vêm ocorrendo na região entre milicianos indígenas e a Força Nacional de Segurança caso haja uma determinação da presidente Dilma Rousseff.

O general explica que o emprego do Exército Brasileiro na região de conflito requer uma solicitação formal do governador da Bahia, Jaques Wagner, do PT. "A partir daí, se a presidente sinalizar positivamente, o Ministério da Defesa é acionado, com um decreto presidencial autorizando a atuação e estabelecendo os limites físicos e temporais da operação".

O governador informou ontem que deve enviar uma solicitação formal à Presidente Dilma, a chamada Garantia da Lei e Ordem (GLO). Prevista na Constituição Federal, a GLO é utilizada quando situações que fogem do controle colocam em risco a segurança da população. Durante sua vigência, tropas das Forças Armadas assumem a segurança local e passam a ter poder de polícia.

Na manhã desta quinta-feira, dia 13, o General participou de uma reunião com representantes das polícias civil e militar, polícia federal, polícia rodoviária federal e forças nacionais de segurança. Durante o encontro, que aconteceu na sede da 18ª Circunscrição do Serviço Militar (18ª CSM), Racine tomou conhecimento do atual estágio dos conflitos de terra.

Cerca de 90 veículos do Exército Brasileiro estão concentrados no Estádio Mário Pessoa, em Ilheus, e devem seguir para a zona de conflito ainda hoje. Segundo o comando da 6ª Região

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Militar, o tempo de permanência das tropas dependerá das atividades desenvolvidas na cidade e de um eventual emprego dos militares nos episódios de hostilidade que seguem acontecendo entre índios e agricultores.

Entenda: Hoje, sou um homem jurado de morte, disse Juraci Santana em agosto de 2013. Foi assassinado em fevereiro de 2014.



Deputado do PT da Bahia pede providências do Governo sobre a guerra civil no sul do estado

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 14.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Se1pxWJRyNo

Em pronunciamento no Congresso Nacional, o deputado federal Geraldo Simões, do PT da Bahia, fez uma homenagem póstuma ao pequeno produtor rural Juraci Santana dos Santos, ex-presidente do Assentamento Ipiranga, em Una, no Sul da Bahia, assassinado por supostos índios tupinambás. "Juraci deixa a esposa, Elizângela Martins de Oliveira e a filha Tailane de Oliveira Senhorio, de 17 anos, às quais dedico este pronunciamento", destacou o parlamentar.

Denúncias do assassinato e da violência que vem assolando o Sul da Bahia, foram feitas reiteradamente nos últimos dias em toda a imprensa de nossa região. "Hoje quero homenagear ao companheiro Juraci, pequeno produtor assentado pelo INCRA, líder em sua comunidade de 45 famílias e defensor da sua terra e família, que foi assassinado barbaramente na madrugada do dia 11 de fevereiro em sua casa no assentamento. Sua mulher e filha, que estavam presentes conseguiram fugir, escapando dos tiros que lhes foram desferidos", disse o parlamentar.

Juraci vinha atuando em defesa do assentamento, resistindo a propostas e ameaças da milícia indígena que exigia que ele se declarasse índio e aceitasse a inclusão das terras do Assentamento Ipiranga no processo de demarcação da FUNAI. A resistência de Juraci era vista como um entrave ao processo demarcatório.

O líder do assentamento esteve em Brasília, no dia 1º de outubro de 2013, participando de audiência com o Ministro da Justiça, quando apresentaram inúmeros documentos que comprovam a posse de suas terras, denunciaram as violências e ameaças que vinham sofrendo por supostos indígenas e solicitaram a intervenção da Força Nacional para evitar o conflito e trazer tranquilidade para a região, buscando uma solução viável para todos.

Os agricultores conseguiram fazer-se ouvir. A Força Nacional foi à região e, apesar de alguns atos de violência esporádicos, a situação estava sob controle. "No entanto a Força Nacional foi retirada e a região ficou à mercê de grupos armados de supostos indígenas, que não demoraram em voltar a atacar os agricultores", afirmou Geraldo Simões..

Para o deputado, "foi um equívoco, um erro ou no mínimo uma omissão do Ministro da Justiça, a não compreensão da conjuntura de violência que vivemos e da importância da Força Nacional como garantidora da paz.". "Agora Juraci está morto, Elizângela chora seu marido e Tailane seu pai", disse.

A população de Buerarema, onde foi o funeral, manifestou sua revolta e participou

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

massivamente do velório. Estima-se que participaram mais de 10.000 pessoas. Isto em um município de pouco mais de 20.000 habitantes. "A violência ameaça generalizar-se e provocar novas vítimas. Esperamos que a atuação do Governo na Garantia da Lei e da Ordem, a revogação do processo de demarcação de terras da FUNAI, a reintegração das propriedades invadidas e atue com isenção permitindo a resolução do conflito de uma vez por todas", alertou Geraldo Simões.

Ibama doa lenha para quilombolas de Macaíba

SÍTIO BLOG DO MARCOS DANTAS, 14.02.2014



O Ibama doou 10 estéreos de lenha, o equivalente a 5 metros cúbicos, para uma cooperativa do Quilombo de Capoeiras, em Macaíba. A lenha, constituída de espécies da caatinga como a jurema-preta, foi apreendida no ano de 2011 durante fiscalização em rodovias no interior do estado, por ter sido cortada sem autorização.

Agora será utilizada pelos quilombolas nos fornos de produção de farinha de mandioca e derivados, como tapioca, beijus e grude. Cerca de 20 famílias são beneficiadas pela cooperativa.



Indígenas protestam e ameaçam fechar MS-156

SÍTIO DOURADOS AGORA, 14.02.2014

Eles denunciam crise na Saúde Indígena. Sem estrutura, postos não atendem pacientes. Sala de vacina de UBS e 10 leitos da Casai foram desativados

Índios das aldeias de Dourados protestaram ontem em frente à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A comunidade promete onda de bloqueios na MS-156, caso uma providência não seja tomada pela Sesai.

As lideranças indígenas denunciam a crise na Saúde, que atinge tanto pacientes quanto os servidores que sofrem sem material para atendimento.

Esta semana, os funcionários foram obrigados a desativar a sala de vacinação da Unidade Básica de Saúde (UBS) da Aldeia Jaguapiru devido à falta de estrutura.

De acordo com o vice-cacique Laucídio Ribeiro Flores, terena da Aldeia Jaguapiru, a comunidade sofre com o sucateamento dos veículos da Saúde, falta de material para os servidores, atraso em salário, entre outros problemas crônicos da reserva.

Segundo ele, em relação à sala de vacinação desativada, a medida foi tomada porque não havia material básico, como agulhas, luvas ou seringas, no prédio. Na Casa de Apoio Indígena (Casai) 10 dos 29 leitos foram desativados devido à falta de manutenção na estrutura, segundo o vice-cacique.

Ele diz que não há alimentos disponíveis para os pacientes da Casa e que os servidores estão mantendo o serviço com o próprio salário. "Se não é a vaquinha dos funcionários, os pacientes ficam sem alimentação. Esta semana eu estive no local e vou encaminhar relatório para o Ministério Público Federal", disse.

De acordo com Ribeiro, a Casai enfrenta problemas como a falta de materiais de limpeza, higiene pessoal para os pacientes, roupas de cama, banheiros danificados, e no abastecimento de alimentos, que não é suficiente para atender toda a demanda durante todo o mês.

Em alguns quartos, falta iluminação e ventilação, o que também estaria castigando os doentes. "Todas estas situações impedem o funcionamento adequado da casa e chegou a um ponto em que o atendimento ficou inviável em alguns dos leitos", disse.

Com a desativação dos leitos, a estrutura terá menos vagas para atender os pacientes indígenas que chegam da região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

São homens, mulheres, crianças e idosos que saem das aldeias da região para serem atendidos em tratamentos ambulatoriais em hospitais de Dourados. "As dificuldades para os indígenas são muitas.

Vão desde o choque de sair da sua aldeia para receber atendimento médico em outro município, até o fato de não ser tratado com estrutura adequada na Casai.

As denúncias vão desde a falta de alimentação, até o transporte, que é demorado. Muitas vezes o índio sai da consulta às 9h, mas devido à falta de veículos disponíveis, é buscado lá pelas 14h", denuncia o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza.

Conforme ele, há anos a comunidade indígena protesta contra a situação precária em que se encontra a Saúde. "São postos de saúde sem médicos, sem medicamentos e material básico para atender a população.

Os veículos da Saúde estão sucateados. Eles estão no pátio da Sesai parados, quando deveriam estar nas aldeias, ajudando a salvar



Projeto de lei prevê a legalização da mineração em terras indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 14.02.2014

YANA LIMA

Editoria de Cidade

yana@folhabv.com.br

Há quase duas décadas tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei 1610/1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB), que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas. Caso aprovado, pode significar a substituição do garimpo artesanal por grandes mineradoras dentro das áreas demarcadas. Depois de finalizado pelo relator, deputado Édio Lopes (PMDB), o projeto seguiu diretamente para o Senado, onde aguarda parecer do relator na comissão especial.

A Constituição estabelece que os recursos hidráulicos e minerais, inclusive aqueles localizados no subsolo, pertencem à União, a quem cabe explorar essas riquezas. A lei obriga o respeito à organização social, à cultura e aos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam, entre eles o "usufruto exclusivo" das riquezas.

A norma vigente permite que os índios possam, por exemplo, usar livremente os recursos florestais das terras em atividades tradicionais ligadas à sobrevivência deles. No entanto, a exploração mineral só pode ocorrer com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Ao usar a tribuna do Senado para falar sobre o assunto, o senador Romero Jucá enfatizou que a Constituição de 1988 autoriza a mineração em área indígena, mas necessita de uma lei que defina como a autorização congressional se dará para que ocorra a mineração em terra indígena. O autor do projeto afirmou que, para o Brasil, "é muito importante fazer a regulamentação desse artigo da Constituição, porque é fundamental que cada comunidade indígena tenha a opção de querer ou não que haja mineração em suas terras".

Em seu discurso, o autor do projeto afirmou que parte da comissão esteve no Canadá, avaliando as experiências de mineração em terra indígena naquele país, que tem uma legislação parecida com a brasileira que se quer implantar. Além disso, segundo ele, os deputados estiveram na Austrália avaliando os impactos e a forma de atuação da mineração em comunidades indígenas daquele país. "Vale registrar que, tanto na Austrália como no Canadá, as comunidades indígenas cresceram. Elas tiveram um papel relevante nesse processo do rendimento da mineração e evoluíram bastante através de posições que geraram atividades econômicas para a comunidade indígena", justificou à época.

Jucá afirmou que, se aprovada, a lei pretende fazer licitação pública para que seja autorizada a mineração. O projeto prevê inclusive o pagamento de royalties ao poder público e também à

CONT.



população indígena. "Ou seja, é uma lei que prevê uma série de pré-requisitos de acompanhamento e de fiscalização e que terá também a posição atenta do Congresso Nacional, porque cada alvará terá que ser autorizado pelo Congresso Nacional. Havendo qualquer risco para a comunidade indígena, havendo qualquer problema, poderá o Congresso Nacional suspender de pronto essa autorização, portanto, preservando as comunidades indígenas", comentou.

Em outubro do ano passado a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento para realização de audiência pública no Senado sobre a exploração de minérios e de madeira em terras indígenas. A intenção seria ouvir a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras entidades ligadas à causa, sobre maneiras de compatibilizar mineração e exploração madeireira com a manutenção da qualidade de vida nas comunidades indígenas e da biodiversidade.

Procurado pela Folha, o Senador não informou prazo para quando será dado prosseguimento ao trâmite do projeto.



Ex-secretário repudia ação de falsos índios no sul da Bahia

SÍTIO MERCADO DO CACAU, 14.02.2014

“É um absurdo o que está acontecendo no Sul da Bahia. Produtores que estão há décadas na região continuam tendo suas propriedades invadidas, sofrendo ameaças e sendo assassinados por falsos índios. Medidas drásticas precisam ser tomadas com urgência para preservar a vida e o patrimônio de quem trabalhou a vida toda em suas propriedades. Esses falsos índios têm que ser presos e responsabilizados”. A afirmação é do ex-secretário de agricultura da Bahia, engenheiro agrônomo Eduardo Salles, revoltado com o assassinato de Juraci dos Santos Santana, de 44 anos, ex-líder do Assentamento Ipiranga, na madrugada de terça-feira, em Una.

Salles destacou que a morte de Juraci dos Santos ocorreu poucos dias depois da Força Nacional ter sido retirada da região. Segundo ele, a retirada desse efetivo da região em conflito foi uma irresponsabilidade do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que provocou a morte do agricultor e pode gerar mais violência. Ele denunciou ainda que ataques dos falsos índios estão acontecendo também em Itapetinga, onde várias fazendas já foram invadidas.

Salles, que quando secretário foi convocado para ser o representante dos produtores no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo governador Jaques Wagner para buscar soluções para os conflitos com os indígenas, destaca que no dia 7 de julho do ano passado, momentos antes da abertura do Festival de Chocolate de Ilhéus, o governador Jaques Wagner reuniu-se com produtores, representantes da PM e da Polícia Federal, e reforçou a solicitação ao governo federal para o envio da Força Nacional. Em agosto, Salles reuniu-se em Buerarema com os agricultores e criadores para discutir o problema, e dias depois, após nova reunião no gabinete da Secretaria da Agricultura, conduziu um grupo de produtores para audiência com o governador.

No encontro, Juraci dos Santos, que defendia o assentamento e combatia as ações dos falsos índios disse que chegou a ser procurado por eles, que tentaram aliciá-lo propondo que também se declarasse índio. Por causa de sua postura em defesa do assentamento, Juraci vinha sendo ameaçado por pessoas ligadas aos indígenas desde o ano passado.

“Até que se chegue à decisão final das questões fundiárias, o governo federal tem que garantir a permanência dos produtores em suas propriedades com segurança”, disse Salles. Ele lembrou que os índios estão destruindo as propriedades invadidas. “Depois de invadir as propriedades e expulsar os produtores, eles matam os animais para vender e passam a viver do extrativismo, a exemplo das plantações de cacau, cujos frutos são retirados e vendidos ilegalmente. “A polícia tem que prender também os atravessadores que comprem esses produtos roubados pelos falsos índios”, afirma Salles.

O ex-secretário, convocado pela Federação da Agricultura do Estado da Bahia (Faeb) para coordenar a elaboração do Plano de Governo para a Agropecuária, documento que será entregue aos candidatos ao governo do Estado, afirmou que a questão fundiária e a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

demarcação de terras indígenas serão temas que estarão no plano. Nesta quarta-feira, Salles manteve contatos com os sindicatos rurais de Itapetinga e Ilhéus, e agendou reuniões para a próxima semana em Ilhéus para avaliar a situação e definir os próximos passos.

Salles elogiou e concordou com a iniciativa do governador Jaques Wagner que, em Brasília, discutiu a questão com a presidente Dilma Rousseff e requereu ao ministro da Justiça a aplicação do instrumento de Garantia da Lei da Ordem (GLO) na região em conflito. Durante a vigência da GLO as forças armadas assumem a segurança local, com poder de polícia.



Índios ocupam fazenda para ter acesso à escola e PF investiga tiroteio

SÍTIO NOTICIDADE, 14.02.2014

Indígenas guarani-kaiowá da região de Iguatemi, a 466 quilômetros da Capital, ocupam desde a noite de ontem (12) a sede da fazenda Cambará. Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), os índios reivindicam acesso à educação e durante a ocupação houve tiroteio.

Durante a ocupação, os funcionários da fazenda teriam se "desentendido" com os indígenas e houve tiros, cápsulas foram recolhidas pela Polícia Federal. A informação confirmada pela Funai é que não há registro de feridos. Equipes da PF estiveram na região por volta das 22 horas de ontem, e orientaram os proprietários que estavam na sede para evitar atos violentos.

A situação ficou mais crítica, segundo o coordenador regional da Funai, Silvio Raimundo, porque os índios estão há mais de 2 anos sem estudar. A única escola da região fica na cidade de Iguatemi, mas eles reivindicam uma instituição na aldeia.

Segundo o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), a ocupação já reúne 250 indígenas que impedem a entrada na porteira da fazenda. Funcionários da Funai foram para a fazenda nesta quinta-feira e conforme o coordenador do órgão a situação é tranquila.

Em toda a região de Iguatemi, Eldorado e Japorã, a população dos guarani-kaiowá chega a 7,5 mil indígenas.

O Campo Grande News tentou falar com o proprietário da fazenda, Osmar Bonamiro, mas as ligações não foram atendidas até o fechamento da reportagem.

Campo Grande News



Deputado Valmir Assunção critica a Marinha e rebate deputado sobre quilombolas, índios e população LGBT

SÍTIO JORNAL GRANDE BAHIA, 14.02.2014

Dois casos revoltaram o deputado federal Valmir Assunção (PT-BA), que mostrou seu repúdio em discurso na Câmara Federal, nesta quinta-feira (13/01/2014). Um envolvendo violação dos direitos humanos e outro sobre as declarações preconceituosas contra quilombolas, indígenas e a população LGBT. Primeiro, o petista criticou a atuação da Marinha ao citar as imagens divulgadas na imprensa, onde nitidamente são expostas as agressões de militares contra a líder quilombola Rosimeire dos Santos e seu irmão Edinei dos Santos, na comunidade do Rio dos Macacos, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

“Existe um agravante nesse ato praticado pela Marinha, que toda a agressão aconteceu na frente das duas filhas da vítima, uma de 17 e outra de apenas 6 anos de idade”, declara Valmir em plenário. Ele completa dizendo que “ficou evidente que a intenção dos militares era agredir a líder quilombola, as imagens mostram que eles sequer conversaram... Em vários momentos Rosimeire foi agredida fisicamente”. Para o deputado baiano, este conflito é mais um dos gerados por conta da insegurança jurídica, da indecisão, da não determinação da posse das terras. “Aquela área do Rio dos Macacos pertence às populações quilombolas da região. Cabe à Marinha apenas garantir a integridade, segurança e a inviolabilidade da área”.

A respeito das declarações racistas e homofóbicas, o petista disse que ficou estarecido ao ver um vídeo com os pronunciamentos dos deputados Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB). Nas imagens, o deputado progressista critica o ministro Gilberto Carvalho e diz que no governo “existe um alinhamento entre quilombolas, índios, gays, lésbicas, se referindo a eles como ‘tudo o que não presta’”. De acordo com Valmir, “um deputado federal não pode se prestar a este serviço, onde chama os agricultores para enfrentar, despejar, e utilizar de todos os meios contra os sem-terras, índios e quilombolas. Os parlamentares têm que dar exemplo”.

Valmir Assunção faz uma reflexão sobre a participação dos quilombolas, dos índios e da população LGBT no país. “Queria deixar um recado simples para esta casa, quilombolas e índios fazem parte da nossa história e cultura, foram e são fundamentais para o país e, portanto, devem ser reconhecidos e reverenciados. Gays e lésbicas são cidadãos e cidadãs brasileiros que o estado tem obrigação de fazer com que seus direitos sejam respeitados e de agir para que este segmento, vítima de violência cotidiana das mais variadas, físicas, morais, psicológicas, possam se livrar dessa opressão”.



Equipes da Funai realizam monitoramento na Terra Indígena Marãiwatsédé

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 14.02.2014

Equipes da Fundação Nacional do Índio, juntamente com a Polícia Federal, realizaram diligências de monitoramento territorial na região da Terra Indígena Marãiwatsédé, no município de Alto Boa Vista (MT). As equipes se mobilizaram após denúncias de que posseiros haviam invadido a área.

Na ação, realizada entre os dias 03 e 07 deste mês, não foram encontrados invasores na região. Entretanto, as equipes se depararam com pontes destruídas, o que dificultou o acesso à TI, além de encontrarem incendiada a Base Operacional usada pelas equipes da Funai para monitoramento e fiscalização da região. Tratores apreendidos na região foram transportados para a Aldeia Marãiwatsédé.

Desintrusão

A ação de desintrusão dos não índios da Terra Indígena Marãiwatsédé, no estado do Mato Grosso, teve início em agosto de 2012, atendendo decisão da Primeira Vara de Cuiabá (MT) que determinou o prosseguimento da execução da sentença para efetuar a retirada dos não índios e garantir o usufruto exclusivo e a posse plena do povo Xavante sobre a TI Marãiwatsédé, conforme determina o Artigo 231 da Constituição Federal, tornando nulos todos os títulos nela incidentes, não gerando direito a indenizações, salvo pelas benfeitorias de boa-fé. A área possui 165 mil hectares que abrange parte dos territórios dos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia.

A desintrusão foi concluída em janeiro de 2013, quando foi realizado o último sobrevoo para verificar a situação da área. Na ocasião, foram verificados 619 pontos entre residências e comércios, tanto na área rural como no distrito de Posto da Mata, todos desocupados. A operação foi integralmente planejada para ocorrer de forma pacífica e garantir, de um lado, o direito constitucional do povo Xavante de viver em seu território tradicional e, de outro, a alternativa de transferência para glebas da reforma agrária oferecidas pelo Incra aos pequenos ocupantes não indígenas.

A ação foi planejada por uma equipe de trabalho interministerial formada pela Funai, Secretaria Geral da Presidência da República, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ministério do Meio Ambiente (Ibama/MMA), Ministério da Defesa, Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde (Sesai/MS), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (Incra/MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Polícia Rodoviária Federal – com apoio logístico do Exército brasileiro.

Escrito por assessoria

Índios ocupam fazenda em Iguatemi

SÍTIO SUL NEWS, 14.02.2014

Em toda a região de Iguatemi, Eldorado e Japorã, a população dos guarani-kaiová chega a 7,5 mil indígenas.



Foto: Divulgação/Cimi
Ocupação foi retomada na quarta-feira

ALINY DIAS / CAMPO GRANDE NEWS

Indígenas guarani-kaiowás da região de Iguatemi, desde a noite de quarta-feira, ocupam a sede da fazenda Cambará. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), os índios reivindicam acesso à educação e durante a ocupação houve tiroteio.

Durante a ocupação, os funcionários da fazenda teriam se "desentendido" com os indígenas e houve tiros, cápsulas foram recolhidas pela Polícia Federal. A informação confirmada pela Funai é que não há registro de feridos. Equipes da PF estiveram na região por volta de 22h de ontem, e orientaram os proprietários que estavam na sede para evitar atos violentos.

A situação ficou mais crítica, segundo o coordenador regional da Funai, Silvio Raimundo, porque os índios estão há mais de dois anos sem estudar. A única escola da região fica na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

cidade de Iguatemi, mas eles reivindicam uma instituição na aldeia.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a ocupação já reúne 250 indígenas que impedem a entrada na porteira da fazenda. Funcionários da Funai foram para a fazenda nesta quinta-feira e conforme o coordenador do órgão a situação é tranquila.

Em toda a região de Iguatemi, Eldorado e Japorã, a população dos guarani-kaiowá chega a 7,5 mil indígenas.

O CAMPO GRANDE NEWS tentou falar com o proprietário da fazenda, Osmar Bonamiro, mas as ligações não foram atendidas até o fechamento da reportagem.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Apoio do assentamento Terra Vista ao povo Tupinambá de Olivença - MST
SÍTIO ÍNDIOS ON LINE, 14.02.2014

Assentamento TerraVista

MAIS UMA MORTE VIOLENTA EM OLIVENÇA/ILHÉUS/BAHIA (FEVEREIRO/2014) E NOVAS TENTATIVAS DE CRIMINALIZAR O POVO TUPINAMBÁ.
POR ISTO SOLICITAMOS: DEMARCAÇÃO DO T.I. TUPINAMBÁ JÁ! O GOVERNO NÃO PODE ADIAR MAIS ESTA DECISÃO.

A mídia local e parte da nacional, bem como os ruralistas, só fazem aumentar os conflitos em Olivença/Ilhéus/Bahia – Território Indígena Tupinambá. Agora querem colocar em conflito a Comunidade Indígena contra os Trabalhadores Rurais da região, históricos aliados na luta pela terra.

A morte violenta de uma das lideranças dos Trabalhadores Rurais local nesta semana (entre os dias 11 e 12/02/2014) está sendo atribuída pela mídia e ruralistas, antes de qualquer apuração policial, à Comunidade Indígena. Estes setores logo trataram de criminalizar os Tupinambá e dois de seus Caciques pela morte.

Fica evidente que os ruralistas e parte da imprensa querem colocar em conflito os Trabalhadores Rurais e a Comunidade Indígena local.

REPUDIAMOS ESTA ATITUDE DE FORMA ENERGICA E DESEJAMOS A APURAÇÃO DESTE CRIME CONTRA A LIDERANÇA DOS TRABALHADORES RURAIS!

Voltamos a ressaltar que, na nossa opinião, o Povo Tupinambá sempre respeitou a heroica luta dos Trabalhadores Rurais pela terra, bem como de suas organizações como o Movimento dos Sem Terras – MST. Até porque somos também contrários a exploração feita pelos ruralistas e como resultado acabamos perseguidos pelos mesmos, difamados pela mídia e reprimidos pelo estado.

Ao invés de oficializar a demarcação territorial o atual governo e seu Ministro da Justiça propositalmente não homologam o Relatório da FUNAI de 2009 demarcando o Território Tupinambá. Ao contrário, atendendo solicitações do governador do Estado da Bahia, claramente contra a demarcação e favorável aos ruralistas, enviaram nesta semana (fevereiro/2014) o exército para região.

Pensamos que esta atitude irá aumentar o quadro de conflitos. Assim tanto o governo federal, como o estadual e a justiça são co-responsáveis pelo aumento da violência em Olivença.

Pelas notícias que acompanhamos diariamente através da mídia o atual governo e seu Ministro da Justiça, com apoio do governador da Bahia, desejam sucatear a FUNAI e transferir para o Ministério da Agricultura (histórico aliado da Confederação Nacional da Agricultura – CNA) os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

estudos e a formulação dos relatórios demarcatórios, produzindo a anulação dos relatórios já feitos e a revisão das terras demarcadas. Junto com esta alteração o governo procura aprovar a PEC 215 (que transfere para o congresso a decisão sobre demarcação), como é o caso da PLP 227, e tornar definitiva a Portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU (que transforma os Territórios Indígenas e verdadeiros Estados de Sítios).

Por estas razões solicitamos o apoio de todos, incluindo dos Trabalhadores Rurais e do Movimento dos Sem Terra – MST, nos seguintes posicionamentos:

- PELA UNIÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E POVOS INDÍGENAS!
- A IMEDIATA OFICIALIZAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA PELO GOVERNO E JUSTIÇA FEDERAL
- O FIM DAS INJUSTAS “REINTEGRAÇÕES” DE POSSE
- O FIM DA VIOLÊNCIA, PERSEGUIÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO DO POVO TUPINAMBÁ
- A NÃO APROVAÇÃO DA PEC 215
- A REVOGAÇÃO DA PLP 227
- A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 303 DA AGU
- O NÃO SUCATEAMENTO DA FUNAI E ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO
- A DEMARCAÇÃO DE TODOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E GARANTIAS AOS TERRITÓRIOS JÁ DEMARCADOS

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

MS – Audiência Violação de Direitos Indígenas (1946 – 1988), 21/02

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.02.2014



A Audiência de Violação de Direitos Indígenas (1946 – 1988) acontecerá no dia 21.02.2014, das 08h às 17h30, no Auditório da Faculdade de Ciências Agrárias – UFGD Campus II.



Boletim de Notícias - Edição nº 29./ 2014

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

Depoimento do Cacique Domiceno Tenharim sobre a pressão da Polícia Federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=xYhFmiOo_II

Cacique Domiceno Tenharim desabafa sobre a pressão exercida pela Polícia Federal para confessar um crime que não cometeu. Gravação feita por Mídia Ninja, em 15 de janeiro de 2014, na Aldeia Taboca, no km 150 da Transamazônica (BR 230).



MPF/AM processa administrador de página de notícias por discriminação contra índios Tenharim

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.02.2014



Foto: Sandro Pereira

Desde dezembro de 2013, o responsável pela página do Portal Apuí no Facebook tem veiculado notícias com conteúdo discriminatório contra os povos indígenas da etnia tenharim

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) processou o administrador da página Portal Apuí no Facebook, Ivani Valentim da Silva, pela veiculação de notícias com conteúdo discriminatório e incitação ao ódio contra os povos indígenas da etnia tenharim. A ação pede à Justiça que determine a retirada de todas as publicações e comentários da página que citem o povo tenharim, no prazo de 48 horas, e obrigue o administrador a se abster de publicar novas mensagens relacionadas aos indígenas da etnia.

A região do sul do Amazonas vive dias de instabilidade desde dezembro de 2013 em função da morte de um indígena e do desaparecimento de três pessoas na área da terra indígena Tenharim Marmelos, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230). Ainda no início dos conflitos, o MPF/AM identificou uma série de mensagens discriminatórias publicadas em páginas de redes sociais e portais de notícia da região e expediu recomendação com o objetivo de cessar a incitação à violência e discurso de preconceito contra indígenas da etnia tenharim.

Segundo a ação, em uma das mensagens divulgadas após o incêndio de prédios e bens públicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Humaitá e da Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Portal Apuí escreveu "QUE PENA! Barquinho chique, camarote, TV de Plasma, muito luxo. Tudo cinza agora", como legenda de uma foto do barco da Funai incendiado durante protestos que tinham os indígenas como alvo. Essa e várias outras postagens com mensagens de incitação à violência e satisfação com atos de destruição do patrimônio público federal foram coletadas pelo MPF desde o início dos fatos e anexadas à ação apresentada à Justiça na quarta-feira (12).

CONT.



Apesar de ter manifestado concordância com a recomendação em mensagens publicadas na página, o responsável pelo Portal Apuí continuou divulgando uma série de mensagens nas quais, entre outras atitudes, chama os indígenas de “bandidos” e reconhece a existência de “ódio contra os tenharim”.

Além da retirada de todo o conteúdo e dos comentários da página com citações ao povo indígena tenharim, o MPF/AM também requer como pedido final da ação a condenação do responsável pela página Portal Apuí ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100 mil. A ação tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 2206-34.2014.4.01.3200 e aguarda decisão da Justiça.

Liberdade de expressão x práticas abusivas – Para o MPF/AM, o direito à liberdade de expressão é indispensável para o exercício da democracia, mas não foi criado de forma absoluta, sem restrições, e deve ser exercido com ponderação e garantia do contraditório. “A atividade jornalística não goza de liberdade plena, devendo ser compatibilizada a garantia constitucional com o respeito aos demais direitos fundamentais previstos na Constituição, notadamente aqueles que buscam fundamento direto no princípio da dignidade da pessoa humana”, ressalta um trecho da ação.

Nos argumentos apresentados à Justiça, o MPF também afirma que atribuir qualidades negativas discriminatórias a um grupo de indivíduos, como fez o jornalista processado, atinge a dignidade deste grupo perante a sociedade, o que constitui abuso do direito de expressar-se livremente. “Ao agir de forma que extrapola o âmbito de proteção do direito à liberdade de expressão/imprensa, surge a necessidade de remover os ilícitos causados, bem como de inibir o réu a adotar condutas similares no futuro”, defende o órgão em outro trecho do documento.

O Código de Ética do Jornalista, que estabelece as normas de atuação do profissional da categoria, também é citado na ação como parâmetro para demonstrar os abusos cometidos pelo Portal Apuí. O MPF ressalta que os artigos 6º e 7º do documento preveem a obrigação de defender os princípios constitucionais e legais e os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias.

De acordo com a ação, a norma estabelece ainda o dever de combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. Usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime também são proibições previstas no Código de Ética da classe.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Um adeus no Apyka'i

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.02.2014

Outro atropelamento, outra morte na mesma BR, a 463, nos mesmos Km 04, 05, 06. Outra vida é ceifada à beira do caminho. Ao todo, em nome do desenvolvimento nos últimos anos, são sete vítimas. Uma vida jovem!

A comunidade de Apyka'i vive uma situação muito delicada frente a tantas ameaças. Um lugar que no passado foi o paraíso deste povo hoje está sendo o contrário, o tormento. Até que o Governo Federal e a Justiça decidam pela demarcação da terra da comunidade do Apyka'i.

As famílias da comunidade revezam-se, durante as noites, em vigília e sentinela para proteger o seutekohá (sua terra). E, na noite de 07 de fevereiro, enquanto as famílias Kaiowá realizavam rituais e atividades de proteção de seu tekoha, Delci, de 17 anos de idade, viveu os seus últimos momentos.

Por volta das 21 horas, quando pretendia atravessar a BR-463, foi atropelada por um caminhão que transportava bagaços de cana-de-açúcar. Segundo testemunhas, o caminhão, apelidado de Julieta, de propriedade da Usina São Fernando, que trafegava em alta velocidade, atropelou e matou Delci.

O sepultamento do corpo ocorreu no dia 10 de janeiro após um ato de protesto contra todas as práticas de violência. Lideranças indígenas de diversos tekohas participaram dos rituais de despedida da jovem Delci.

Uma jovem mulher, uma mãe foi plantada no solo sagrado. Muitos diziam, mas ela era tão jovem... O pai, a mãe, os irmãos, as irmãs de Delci se aproximaram do caixão para o último adeus! O povo entristecido gritou: "Delci você é mais um anjo no céu para fortalecer a nossa luta na terra".

Naquele dia, por três vezes, um avião sobrevoou o local da comunidade. Parecia estarem vigiando o lugar. Quem seria? Qual sua intenção? Jogar flores? Claro que não.

Quando uma semente morre no solo fértil que grita por justiça, brota com mais vigor, com mais força e produz mais sementes. Nas palavras repetidas pelos Nhandaru (lideranças religiosas) se ouvia o clamor por justiça e a denúncia às violações aos direitos humanos: "Não é matando o nosso povo que vão resolver isso. Se matar resolvesse este problema a solução já teria acontecido, pois o solo de Mato Grosso do Sul está encharcado de sangue indígena".

A comunidade continua decidida a permanecer no seu tekoha, mesmo que custe as vidas de todos.



Indígenas são contrários à mineração

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 14.02.2014

No ano passado, lideranças indígenas Yanomami foram até a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em Brasília, para protestar contra uma suposta "visita surpresa" de uma comitiva de parlamentares à Terra Indígena Yanomami. Os índios afirmaram que estariam sendo vítimas de pressão para aceitarem a mineração em suas terras. Na época, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) elaborou um vasto documento em que expôs as razões pelas quais são contrários à exploração mineral em suas terras.

Na ocasião, Davi Yanomami, líder indígena, declarou que não há vantagens em liberar a exploração de recursos naturais em terras Yanomami. "Não queremos saber de minério. Essa exploração vai trazer doenças e mortes para nosso povo", disse.

Para o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), João Catalano, os indígenas têm razão ao temerem pela integridade das comunidades. "Se os garimpos já fazem todo este estrago, agora imaginem o estrago que as grandes mineradoras não iriam fazer. Vai ser ruim não só para o indígena, mas para toda a população do Estado", disse.



Por que a Funai tem medo do diálogo?

SÍTIO MIDIA NEWS, 14.02.2014

Ela mesma propõe e julga os processos de demarcação de terra indígena



A Fundação Nacional do Índio (Funai) perdeu novamente a oportunidade de ser vista pelo setor produtivo como uma entidade de credibilidade.

No início de fevereiro, deputados da Câmara Federal foram barrados ao participarem de uma reunião pública para tratar de temas de interesse da nação, de alta relevância social e econômica, como são os processos de demarcação ou ampliação de terras indígenas.

A reunião ocorreu dia 4 de fevereiro na sede da Funai, em Brasília, com representantes do governo federal e das prefeituras dos municípios de Juína e Brasnorte para tratar da ampliação da área indígena Enawenê-Nawê. Deputados federais, que estavam legalmente representando os cidadãos, inicialmente foram impedidos de participarem da reunião.

Após argumentações e avisos de que o fato seria divulgado na imprensa, todos conseguiram entrar.

Por que a Funai, uma entidade pública, não abre espaço para o diálogo? Por que foge das discussões do Congresso Nacional quando o tema em questão envolve os produtores rurais? Já participei de várias audiências públicas em Brasília e a Funai, apesar de convidada formalmente, sempre se ausentou sem ao menos disponibilizar um representante.

Esta conduta da fundação só reforça a tese de que a entidade que propõe, no caso a Funai, não pode ser a mesma que julga os processos de demarcação de terra indígena. Quando isso ocorre, torna-se fácil transitar em um ambiente de ditadura.

CONT.



Há tempos a Funai cumpre com este papel: emite as instruções normativas para propor criação e ampliação de terra indígena; demarca as áreas; cuida dos recursos administrativos; julga e decide o que ela considera melhor para os índios, sem ouvir as famílias de não-índios envolvidas no processo.

Os processos de demarcação de novas terras indígenas são unilaterais, com regras inconstitucionais, que só beneficiam o órgão e, o que é mais grave, negam a garantia do devido processo legal sob aplausos do poder central.

Por que a Funai age sem ouvir a sociedade e sem dar condições amplas e justas de defesa às pessoas atingidas nos processos demarcatórios?

Os principais problemas dos índios, segundo pesquisa do Datafolha encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), são educação, saneamento básico, saúde e emprego. Mas vemos uma entidade paternalista que acha que defende os interesses dos índios quando na realidade não é o que observamos na prática.

Estamos entre os poucos países que possuem a maior área destinada aos índios. Uma pesquisa da CNA apontou que o volume de terras indígenas no país corresponde a 13% do território brasileiro. Em países como o Canadá, Austrália e Estados Unidos os percentuais são de 0,26%, 4,72% e 5,72% respectivamente.

O argumento da Funai para delimitar uma área é raso e sempre o mesmo: por aqui os índios andaram. Para reparar a dívida histórica que o Brasil tem com os índios, não cabem as cobranças e punições impostas às cidades de baixo índice eleitoral e longe dos grandes centros urbanos.

Coincidência? Se esse raciocínio fosse coerente, praticamente todo o país precisaria ser devolvido à população indígena, já que existem registros históricos de passagem destes povos por vários estados, em especial no litoral brasileiro.

Já diziam os antigos que os fracos e incorretos são os que deveriam ter medo do diálogo. A atitude da Funai coloca em xeque seu preparo para participar do debate. Nossa conclusão é que a entidade de defesa dos índios cria conflitos e desconfianças entre índios e não-índios. Esta discórdia é fomentada pela Funai de forma clara, pública e dolosa.

A Famato não abdicará dos seus direitos de defender os produtores rurais de Mato Grosso, Estado que ocupa destaque nacional na produção de soja, milho, algodão e carne bovina.

RUI PRADO é produtor rural e presidente do Sistema Famato (ruiprado@famato.org.br)